

A imprensa da revolução e o problema da habitação: o repórter vai ao bairro de lata

The press in the revolution and the housing problem: the reporter gets into the slum

https://doi.org/10.14195/2183-5462_46_3

José Ricardo Carvalho

Universidade da Beira Interior, Portugal

jose.carvalho@labcom.ubi.pt

Submetido: 2024-03-27 | Aceite: 2024-08-02

Submitted: 2024-03-27 | Accepted: 2024-08-02

Resumo

O “problema da habitação” irrompe nos jornais logo após o 25 de abril de 1974, fazendo parte do vórtice político-informativo que então se forma. Acerca dos meses que se seguiram à mudança de regime, o papel dos media tem sido analisado sobretudo pelo prisma das estratégias de instrumentalização das forças políticas sobre as redações. Neste artigo, propomos articular esse contexto político e profissional com a análise de reportagens sobre bairros de lata na primeira fase do PREC, não esquecendo a mediação do tema ainda em ditadura.

Palavras-chave:

imprensa; Portugal; 25 de abril; reportagem; habitação

Abstract

The “housing problem” broke out in newspapers shortly after April 25, 1974, forming part of the political-informational vortex that was then formed. Regarding the months following the regime change, the role of the media has been analyzed mainly through the prism of control strategies from political forces over newsrooms. This article proposes to articulate such political and labor context with the analysis of reports about slums in the first phase of PREC, not forgetting the mediation of the topic during the dictatorship.

Keywords

press; Portugal; Carnation revolution; reporting; housing

Introdução

A revolução portuguesa de 1974 é apontada como momento inaugural da terceira vaga de democratizações a nível mundial (Huntington, 1991). Todavia, os estudos sobre as transições democráticas centram-se na institucionalização da democracia política. E o papel dos media, que no caso português congrega um conjunto de investigações, também tende a centrar-se nas relações de órgãos e jornalistas com os agentes políticos (Cádima, 2001; Figueira, 2007; Gomes, 2021; Mesquita, 1988, 1993; Rezola, 2014). Tentando ampliar o conhecimento sobre a ação noticiosa no pós-revolução dirigimos o olhar para a articulação do campo jornalístico com outros processos sociais em que há recomposição das relações de poder e que também comportam um sentido de democratização (Bobbio, 1988).

Um desses processos é o “problema da habitação”, designação usada desde a década de 1960 para referir as carências de alojamento em Portugal e em especial os bairros de lata na zona de Lisboa. É sabido que, logo após o 25 de abril, a questão reemerge numa nova relação de forças. Mas de que forma a imprensa reporta o tema? Em que moldes o campo jornalístico, ele próprio atravessado por convulsões, olha os bairros de barracas e os atores em jogo? Em que funções e valores jornalísticos se alicerça esse trabalho? Como mobiliza as ferramentas profissionais, que casos escolhe, que fontes usa?

Centramos a investigação naquela que é considerada a primeira fase do período pós-revolucionário, de abril a setembro de 1974, mas dando alguma atenção à década final da ditadura para apreender o longo prazo.

O jornalismo português na transição

A ação dos jornalistas portugueses em 1974 só é entendível à luz simultânea do contexto revolucionário e da situação no regime anterior. Vários autores o sublinham, apontando, porém, traços contraditórios. Seaton e Pimlott afirmam que o jornalismo “sob Salazar e Caetano era uma profissão com pouco prestígio, essencialmente burocrática, (...) os salários eram baixos (...) e não dava acesso à elite governamental” (1983: 97-98). A situação manter-se-ia frágil nos anos 70, quando os jornalistas “tinham ainda de recorrer ao duplo emprego para garantirem um rendimento mensal condigno” (Figueira e Gomes, 2021, p. 102). Quanto aos saberes profissionais, Mário Mesquita resume que, no final do Estado Novo, o jornalismo português se caracterizava por uma “soma de fragilidades” (Mesquita, 1988, p. 95), habituado à censura, sem qualificações formais, com predomínio de baixa escolaridade e sem uma noção comum do que devia ser a prática jornalística (Mesquita, 1994a). Com a maioria dos profissionais acomodada à transcrição de declarações oficiais e sem hábito nem possibilidade de procurar fontes alternativas na política, conclui-se que Portugal chegou a 1974 sem um jornalismo de informação moderno (Seaton e Pimlott, 1983). O *Diário de Lisboa* (DL) e o *República* são apontados como ilhas de resistência numa comunicação social tolhida, além da censura, por uma teia de cumplicidades montada por Caetano (Martins, 2018).

Outros trabalhos, porém, identificam dinâmicas de rejuvenescimento e qualificação nos anos 60, com a imprensa vespertina a ser motor de mudança para “uma nova condição jornalística” (Correia e Baptista, 2011, pp. 152-3) e apontam um significativo crescimento das redações durante o marcelismo (Gomes, 2021, pp. 71-72). Introduz-se novos métodos, por exemplo no *Diário Popular*, onde se passa a planejar temas e a incentivar mais a reportagem, sobretudo a partir de 1963 com a entrada de Pinto Balsemão (Correia e Baptista, 2011). No início dos anos 70, apesar da censura, seriam notórias algumas mudanças nas práticas e nos discursos dos jornais, somando-se o *Expresso*, em 1973, à imprensa que abria brechas na situação (Cádima, 2001, p. 327). No plano laboral, também se desenvolvem movimentações sindicais que começam a dar resultados nas condições salariais e de trabalho (Cabrera, 2006).

As análises sobre a década anterior à revolução sugerem uma profissão em trajetória de fortalecimento, que nos anos finais ensaia um jornalismo mais interpretativo e coberturas mais criativas da política (Baptista, 2012), mas sem condições para se afirmar como campo autônomo com um capital cultural próprio e normas estabelecidas no seu interior (Bourdieu, 1989).

Dados documentais (Cabrera, 2006) e múltiplos testemunhos (Correia & Baptista, 2010) mostram que se deu um aumento das qualificações na imprensa e um recrutamento significativo de jovens com frequência universitária, acompanhados de um relativo aumento salarial, sobretudo após 1970, mas que parte de valores muito baixos e em que se acentuam hierarquias pecuniárias entre chefes e subordinados. Entre 1961 e 1971, o contrato coletivo de trabalho reduz ligeiramente a diferença dos montantes definidos para chefes de redação face aos de redatores e repórteres, mas na prática os jornais de grande expansão tendem a torná-los mais desiguais, sobretudo no *DN*, mas também no *DL*¹; em simultâneo esbate-se, nestes jornais, a diferença entre redatores e repórteres (que, pelo contrário, se alarga no *Diário Popular*). Estas circunstâncias, ao mesmo tempo que se mantém o baixo status social dos jornalistas, não podem ser excluídas como fator das dinâmicas laborais e políticas que se desencadeariam nas redações com a queda do regime.

A partir de 25 de abril de 1974, além da imediata neutralização dos serviços de censura (mas seria nomeada, em junho, uma comissão ad hoc de militares com poderes para multar e suspender órgãos), eclode também uma turbulência social e a consequente explosão informativa que absorve os meios de comunicação num clima de transe (Ferreira, 1994; Baptista, 2019). De um dia para o outro, os jornalistas passavam de um fluxo filtrado pelas instituições estado-novistas para uma incessante cadência de discursos e ações que se traduzia numa catadupa de informações em bruto (Mesquita, 1994a).

Esta rutura brusca no campo noticioso insere-se num período pós-revolucionário divisível em três fases (Reis, 1994; Conselho de Imprensa, 1979; Silveira, 2011): (i) de 25 de abril a 28 de setembro de 1974, data em que Spínola perde as rédeas do poder; (ii) de finais de setembro a 11 de março de 1975, data em que as tendências revolucionárias ganham posições de força; (iii) de 11 março a 25 de novembro

¹ Em relação ao ordenado do chefe de redação, no *DN* o salário dos redatores passa de 60% para 31%, e o dos repórteres, de 41% para 23%; no *DL* passa de 75% para 46% e de 53% para 40%, respetivamente (Cabrera, 2006, pp. 182-184).

de 1975, que culmina com a derrota dessas mesmas fações revolucionárias após o chamado Verão quente.

A terceira fase é a mais estudada no que respeita à imprensa, até pela eclosão de casos como os do *Diário de Notícias* (DN) e do *República* (Gomes, 2014; Figueira, 2007; Mesquita, 1994b; Figueira, 2014). À segunda fase atribui-se uma ofensiva estratégica do PCP sobre os meios de comunicação, disputando a hegemonia com o PS (Mesquita, 1994a), donde resulta o predomínio das posições pró-revolucionárias no sistema mediático após 11 de março.

A primeira fase é menos clara quanto à ação dos media, sendo difícil reconstituir um período “onde não era evidente, nem sequer para quem viveu a experiência, saber com exactidão quem representava quem e que interesses partidários ou corporativos se escondiam por detrás de cada proposta ou iniciativa” (Baptista, 2019, p. 151). Em vez de ver as tensões laborais nos jornais como epifenómeno da ação política, encaramos o processo como uma dupla transformação: por um lado, um feixe de influências sobre os órgãos noticiosos por parte de forças políticas, em sentido lato; por outro, uma convulsão nas estruturas de organização e poder das empresas de informação. Dimensões articuladas, mas não sobrepostas, com a segunda a envolver o interior do campo no plano profissional e no laboral, que também não são isomórficos.

No plano externo, o imediato pós-25 de abril caracteriza-se por uma explosão de interlocutores da imprensa, formando uma imensa mole com fraca estruturação e institucionalização, em que a sociedade gera iniciativas múltiplas e fragmentadas, o próprio campo militar não é unívoco e o campo político está em formação, sendo o PCP a única força já com uma orgânica, mas optando pela prudência (Silveira, 2011). Jornais e jornalistas, destreinados na seleção e tratamento autónomos dos assuntos, têm de se relacionar com fluxos altamente instáveis e com uma pluralidade de fontes dispersas, contraditórias e em competição entre si. Uma politização das redações, alimentada em silêncio durante o marcelismo por jovens jornalistas formados nas lutas académicas (Cabrera, 2006), liberta-se no 25 de abril, com parte dos profissionais a adotarem atitudes de ativismo com várias declinações à esquerda. Neste cenário, o que se seleciona, como se escreve e por que se publica, pode decorrer de fatores, influências, lealdades ou simpatias que formam um emaranhado tecido de relações entre a imprensa e o exterior. A entropia é ainda maior com a desestabilização e descentralização do poder decisório que nesta altura também se dá dentro dos órgãos noticiosos.

Neste plano interno, a situação não é uniforme nos vários media, mas uma posição transversal à classe jornalística emerge logo a 2 de maio com a assembleia geral do Sindicato (que mantém os dirigentes anteriores ao 25 de abril, já de esquerda), de onde sai a reivindicação de “um controlo permanente pelos jornalistas sobre as suas condições e a qualidade do seu trabalho, direcção e orientação de todos os órgãos” (Conselho de Imprensa, 1979, p. 27). O campo jornalístico aspira, assim, à subversão do poder dentro da imprensa. Trata-se, em primeiro lugar, de uma estratégia no plano *da profissão*, em que o corpo de jornalistas impõe uma nova relação de forças no setor, visando alcançar autoridade e autonomia profissionais. As raízes deste movimento estarão não só na subjugação editorial a que os jornalistas vinham sendo sujeitos, mas também no baixo prestígio de uma profissão que almeja

outro reconhecimento e estatuto. Tal estaria ligado, em alguns casos, a objetivos de domínio ideológico sobre linhas editoriais, mas isso não anula a natureza da transfiguração que se opera no interior do campo.

O instrumento essencial na mudança são os conselhos de redação (CR), órgão representativo dos jornalistas que vai ser criado a curto prazo na generalidade dos jornais. Mas, ainda antes disso, no próprio dia 2 de maio, os jornalistas do *Diário de Lisboa* tomam a iniciativa de eleger chefe e subchefes de redação, e conseguem impor o afastamento do administrador-delegado Lopes do Souto. O objetivo era “a completa independência da redação face à administração” e a entrega da gestão editorial aos jornalistas “como profissionais da informação, exclusivamente responsáveis perante si mesmos (...) e os leitores”.² A transformação no *DL* é paradigmática: passa-se de uma chefia jornalística nomeada pela direção e administração do jornal, para uma chefia “eleita democraticamente por todos os elementos” da redação. Até 8 de maio, todos os grandes diários de Lisboa elegem os seus CR com as premissas de representar os jornalistas e participar na orientação dos jornais. Mas há variações: no *Diário Popular* uma “comissão de redação” é escolhida num contexto de “assembleia magna de tipógrafos, revisores, jornalistas, motoristas e pessoal administrativo”;³ n’*O Século* o primeiro CR demite-se logo no dia 9 “em divergência com os métodos seguidos pela Reunião Geral de Trabalhadores”⁴ de onde saiu a exigência de demissão de todos os chefes de secção, da redação e da direção das várias publicações do grupo, reivindicando que a readmissão se fizesse “só com o acordo dos trabalhadores de cada sector por voto secreto”. O caso de *O Século*, que não se publicou de 10 a 14 de maio devido a greve e assumiu os contornos de um “conflito opondo trabalhadores e patrão”⁵, exemplifica como as aspirações profissionais dos jornalistas por vezes foram amalgamadas em pretensões *laborais*, as próprias ou as do corpo assalariado da empresa como um todo, onde também se incluíam condições salariais e horários de trabalho.

Casos como o de *O Século* são apontados como “poder popular” na imprensa ou como manifestações da linha política de “controlo operário” (Cádima, 2001; Palla, 1992). De facto, a situação não deixa de se inserir nos conflitos, ocupações e greves que se desenvolvem na sociedade portuguesa em maio de 1974. Nesse período, entre as reivindicações ligadas à gestão e controlo das empresas ou do produto do trabalho, “a parte mais significativa é feita por jornalistas da rádio e dos jornais” (Patriarca, 1999, p. 141). Com fronteiras pouco definidas entre as suas estratégias de emancipação profissional, as alianças em frentes de trabalhadores para conquistas laborais, e as conceções políticas que alimentavam as suas noções de trabalho informativo, os jornalistas tiveram ao mesmo tempo de reportar situações e acontecimentos que, noutros setores, se inscreviam em dinâmicas mais ou menos cor-

² *DL*, 3 de maio. O facto de na chefia e subchefia da redação terem sido colocados jornalistas como Veiga Pereira e Torquato da Luz, que depois integrariam o *Jornal Novo* (projeto criado em 1975 para combater a influência do PCP e da extrema-esquerda na imprensa), torna difícil ver nesta eleição uma manobra da esquerda revolucionária.

³ “Redações dos jornais conquistam autogestão” (in *A Capital*, 4 de maio).

⁴ “Eleito o novo Conselho de Redação de *O Século*” (in *O Século*, 15 de maio).

⁵ “Os trabalhadores de *O Século* continuam a luta” (in *DL*, 13 de maio).

relatas. A sua “impossível neutralidade” (Mesquita, 1994a, p. 363) não terá decorrido apenas do exacerbamento político, mas também da imersão no próprio processo social, podendo pensar-se que a radicalização revolucionária dentro da classe terá sido congruente com lugares na estrutura social marcados por baixos status e capital económico, em comparação com o capital cultural que detinham (seria preciso averiguar quem na classe jornalística se radicalizou).⁶

Tem sido dado como certo que a generalidade dos jornalistas assumiu, ao longo do período revolucionário, um papel de ativista ou militante político (Figueira e Gomes, 2021; Mesquita, 1994). Note-se, porém, que no imediato pós-25 de abril a retórica das chefias e dos CR é menos revolucionária do que democrática (primado da eleição e representação sobre a lógica hierárquica), e os valores jornalísticos que se proclama são uma informação “independente” (*A Capital*, *DL*, *O Século*, *Flama*), “objetiva” (*DN*) ou “pluralista” (*DL*) em relação com “as várias correntes de opinião” (*DN*, *O Século*). Por outro lado, são valores também presentes o não cerceamento da liberdade de expressão dos jornalistas e o seu direito a participar no combate político com inteira legitimidade (Silveira, 2011; Figueira e Gomes, 2021). Os diagnósticos do que se passou na prática nem sempre resultam concordantes. Segundo alguns, a maioria dos órgãos seguiu os interesses “da esquerda mais radical” (Lima, 2022, p. 321) e adotou “um radicalismo discursivo (...) em torno de uma ideia utópica de revolução” (Cádima, 2001, p. 329). Para outros, o que existiu foi ausência de uniformidade num “puzzle de mensagens contraditórias, misturadas ao sabor da força das células partidárias e dos grupos de pressão” (Mesquita, 1994a, p. 363) ou um “caos informativo, tributário (...) quer do militantismo do número reduzido de jornalistas de esquerda, quer do sentido de oportunidade e oportunismo de muitos outros” (Silveira, 2011, p. 118).

Sem generalizarmos sobre todo um conjunto de assuntos, fases e órgãos, observamos, de seguida, as reportagens específicas sobre “o problema da habitação”.

Contexto e corpora

Uma contextualização do problema habitacional é necessária antes de abordarmos a sua mediatização. A carência de habitação nas zonas urbanas agravava-se, sobretudo na zona de Lisboa, a partir da década de 1950, quando o crescimento da indústria e o declínio da pequena agricultura provocaram maiores afluxos de pessoas dos campos à cidade, “procurando casas que não existiam ou que não conseguiam pagar” (Downs, 1980, p. 269). Famílias oriundas sobretudo do centro e norte do país confrontam-se com a inacessibilidade a uma habitação digna: muitas instalam-se em quartos alugados e partes de casa no núcleo urbano, outras dão início a bairros clandestinos nos arrabaldes, e uma grande parte constrói barracas em espaços da cidade que não eram propícios à construção. Assim se vão criando “bairros de lata” nos intervalos da expansão urbanística da capital enquanto havia um mercado de casas por habitar devido a altos preços ou práticas especulativas, espelhando a falência

⁶ O estudo de Ana Cabrera (2006) sobre o marcelismo dá pistas para essa questão, como sejam os dados acerca das maiores ou menores disparidades salariais e de categorias em cada jornal nos anos anteriores à revolução.

da política habitacional do Estado Novo e a incapacidade de controlo da construção ilegal. Dados de levantamentos oficiais estimavam, em 1960, que 40 mil pessoas viviam em 10 mil barracas espalhadas por Lisboa (Nunes, 2007). Em 1970, o número aumentara para 90 mil pessoas (Barbosa et al, 1972) num conjunto de dezenas de bairros de lata com cerca de 20 mil barracas dentro da cidade (Szocka et al, 1988).

É neste contexto que, no pós-revolução, o problema da habitação emerge como uma das “principais reivindicações da população portuguesa” (Antunes, 2019: 9). Em semanas formam-se dezenas de comissões de moradores (CM), que em junho já abarcam a maior parte dos bairros de lata (Downs, 1980). Estas CM seriam uma peça no próprio programa governamental que começou a funcionar em agosto – o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), tutelado pelo secretário de Estado da Habitação, Nuno Portas – visando reconstruir e qualificar os bairros edificados pelos moradores.

Para perceber a mediatização dos bairros de lata concentramo-nos no género reportagem, considerando que ele indicia valorização de um tema e que contém maior potencial do que a notícia para se distanciar da agenda institucional e redistribuir o poder discursivo, permitindo-nos apreender essa faceta da agência jornalística num contexto de democratização. Recolhemos, nesse sentido, um conjunto de 15 reportagens na imprensa (ver Tabela 1), divididas em três subcorpora: 7 efetuadas entre maio e julho de 1974 (corpus A), dentro da primeira fase pós-revolução mas antes da intervenção institucional do SAAL; 3 publicadas no fim de abril e incidindo sobre um mesmo acontecimento (corpus B), para compararmos vários órgãos numa situação específica; 5 publicadas na última década do regime ditatorial (corpus C).⁷ Seleccionámos todos os trabalhos centrados na questão dos bairros de lata em que há marcas inequívocas da presença de repórteres no terreno. Como método de recolha, rastreámos as edições completas dos três meses seguintes ao 25 de abril na imprensa diária com sede em Lisboa (*O Século*, *DN*, *DL*, *A Capital*)⁸ e em duas publicações semanais (*Flama* e *Expresso*). Para o período da ditadura, dada a impraticabilidade de rastrear anos de publicações, usámos um método de seleção indireta, identificando algumas peças jornalísticas a partir de investigações académicas sobre habitação e na base de dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

A leitura dos textos apoiou-se em ferramentas para analisar a linguagem e o discurso da imprensa (Fowler, 1991; Van Dijk, 1981; Benetti, 2011; Gradim, 2016), assim como em teorias da ação jornalística ligadas ao uso das fontes e ao contexto organizacional (Molotch e Lester, 1974; Breed, 1999), mobilizadas para uma perspectiva relacional do jornalismo enquanto campo estruturado interna e externamente (Bourdieu, 1989, 1994).

⁷ Prestámos atenção a outras peças noticiosas dos mesmos períodos de forma complementar, para compreender a informação corrente acerca do tema.

⁸ Ficou excluído o *Diário Popular*, não acessível durante o período de pesquisa na Biblioteca Nacional.

Tabela 1.

Datas, publicações e títulos das reportagens analisadas

Corpus C 1963-1973	Corpus B abril de 1974	Corpus A maio-julho de 1974
22/7/1963 Diário Popular Mancha negra e triste de uma bela cidade como é Lisboa	29/4/1974 O Século Moradores das barracas ocuparam casas vazias	14/5/1974 Diário de Notícias Bairro da Musgueira. Moradores descontentes com a acção desenvolvida pelo Centro Social
1 e 2/3/1965 O Século Cinco pessoas soterradas entre as quais três crianças num desprendimento de terras na Calçada dos Barbadinhos	29/4/1974 A Capital Ocupação do Bairro da Boavista vai ser discutida esta tarde	23/5/1974 O Século Casal Ventoso: o Centro Social não serve o povo do bairro
12/8/1967 O Século Mais uma vez as chamas irromperam num aglomerado de velhas barracas de madeira reduzindo à mais negra miséria os seus já paupérrimos habitantes	30/4/1974 Diário de Lisboa As casas são do povo! E o povo da Boavista ocupou-as	26/5/1974 Diário de Lisboa Bairros de lata. Depoimentos de habitantes do Casal Ventoso
2/6/1970 Diário de Lisboa «Só queremos carinho» - dizem 600 desalojados de Loures		12/6/1974 A Capital Povo do Alto dos Moinhos quer começar a viver
2/11/1973 Flama Um bairro de promessas falhadas		14/6/1974 A Capital Gente vive como coelhos na Quinta das FONSECAS
		5/7/1974 O Século Como algumas famílias fugiram da Pedra Furada
		5/7/1974 Flama Bairros de lata: a quem aproveita a segregação?

Fonte: elaboração própria

Problema tolerado

As reportagens identificadas entre 1963 e 1973 constituem uma amostra não representativa desse período, mas comprovam que, apesar da censura, o tema tinha presença mediática antes do 25 de abril.

Estes trabalhos refletem a diversidade de linhas editoriais e dão distintos ângulos dos bairros de lata. A primeira reportagem indicia um jornalismo em modernização no *Diário Popular*, sendo anunciada como peça inicial de uma série que levou dois meses a ser feita por uma equipa de quatro repórteres (Urbano Carrasco, Mário Henriques, Corregedor da Fonseca e Nuno Rocha). A autoria explícita é exceção à regra da época, mas há sobretudo um tom negativo (com manchete e foto de capa) e a denúncia de que a quantidade de barracas era muito superior ao do levantamento oficial (alega-se que seriam 50 mil, em vez de 10 mil). As formas modais usadas no discurso mostram a atitude crítica do jornal: os bairros de lata *“devem acabar”*, mas *“infelizmente, em vez de diminuir (…), proliferam de maneira assombrosa”*. Depois desta peça dar uma visão global do problema, a censura proibiu os restantes traba-

lhós da série (cf. Cachado e Nunes, 2013, p. 187) e as vozes das centenas de moradores que o texto anunciava ter ouvido nunca chegaram a público.⁹

As reportagens de *O Século* inserem-se, por seu lado, na linha de acontecimentos dramáticos sem contextualização social. Incêndios e acidentes em barracas são neste período notícia recorrente em *O Século* e noutros jornais, sendo a dupla reportagem de 1 e 2 de março de 1965 um exacerbar dessa agenda jornalística através de uma longa narrativa personalizada em torno das vítimas de um desabamento de terras. A retórica do repórter (não identificado) é ao mesmo tempo caridosa (“gente modesta que vive em situações absolutamente incríveis”) e mórbida (“um bombeiro retirou o corpo arroxado pelo frio de uma menina”), sem qualquer tom de denúncia. As autoridades estão ausentes, enaltece-se “a ação humanitária dos soldados da paz” e responsabiliza-se as vítimas: “Houve, ao que parece, uma certa teimosia da parte de alguns moradores”, que não abandonaram as barracas perante o aviso dos bombeiros.

A reportagem do *DL* é a única, entre as identificadas durante a ditadura, que dá voz reivindicativa a habitantes de um bairro de lata. Mas fá-lo na circunstância especial de um ciclone que destruiu as barracas, tendo ocupado um complexo de casas pré-fabricadas por habitar. O motivo da reportagem é o corte de água e luz por parte das autoridades às casas ocupadas, com o jornal a mostrar compaixão perante desalojados numa “situação de emergência”. O discurso, tanto das fontes individuais (todas mulheres, só algumas identificadas), como do próprio repórter, usa retórica suave: “pede compreensão” do município para “resolver com amor as dificuldades daquela pobre gente”. O caso mostra que a pressão sobre novos núcleos habitacionais devolutos precedeu o 25 de abril.¹⁰

Poucos meses antes da revolução, a reportagem da *Flama* é inédita neste conjunto por conduzir narrativamente o leitor ao interior de um bairro: “Quem entre pelas portas escancaradas que a cidade abriu aos bairros de lata (...) depara com a miséria materializada em todas as facetas”. Em sete páginas de descrições e citações, são as condições de vida o próprio o motivo da incursão jornalística, mas a fonte principal não mora no bairro, é uma figura exterior que dirige o Centro Social. A relação entre os jornalistas da *Flama* e os habitantes é mediada por uma organização criada a partir de fora para apoio à população e articulada com entidades católicas de assistência social. Terá sido o dirigente, interessado em denunciar um bloqueio municipal à construção de casas e à ajuda ao Centro Social, a promover a mediatização do bairro através da revista.¹¹ O repórter dá voz a uma série de moradores, cujo discurso direto nunca é, porém, reivindicativo, mas sim descrente e conformado.

É possível inferir que a mediatização dos bairros de lata lisboetas no final da ditadura é tributária de um conjunto de motivações diversas, mas que se tornara

⁹ Acomodado ao regime, o *Diário Popular* não teria motivações oposicionistas para mediatizar o “problema da habitação”, mas sim um impulso de renovação jornalística através de abordagens não oficiais, facilitado pelos meios financeiros de que dispunha.

¹⁰ O *DL* já antes publicitara o conceito de “direito à habitação” (12/3/1970) na cobertura de um colóquio promovido pela paróquia de Arroios em que o orador principal foi Nuno Portas.

¹¹ A *Flama* deixara em 1972 de pertencer à Igreja Católica através da União Gráfica, mas mantinha-se a proximidade da redação às juventudes católicas e aos círculos progressistas do catolicismo.

aceite a relevância jornalística do “problema da habitação”. Incômodas para o poder e filtradas pela censura, estas reportagens não eram necessariamente vistas como hostis ao regime, sobretudo a partir do momento em que a própria presidência do município assumiu (em março de 1970) que a habitação em barracas era um grande problema e prometeu um plano para realojar todos os moradores.

Irrupção revolucionária

O primeiro domingo sem ditadura, 28 de abril de 1974, forneceu aos jornais de Lisboa a matéria inaugural de reportagens relacionadas com a habitação. O bairro da Boavista, na periferia da cidade, foi palco de acontecimentos que atraíram repórteres de, pelo menos, três diários. Na manhã de 29, *O Século* titulava: “Moradores das barracas ocuparam casas vazias”. No vespertino *A Capital* do mesmo dia, uma peça a seis colunas tinha por título “Ocupação do Bairro da Boavista vai ser discutida esta tarde”. O *DL*, que só publicou a sua reportagem no dia 30, pôs em título “As casas são do povo! E o povo da Boavista ocupou-as”. Estes títulos, como macroproposições (Van Dijk, 1981), produzem só por si diferentes significados, em que a transitividade do núcleo semântico (o verbo) articula escolhas e possibilidades suprimidas (Fowler, 1991).¹²

Os três textos assemelham-se de um ponto de vista estrutural, sendo todos eles construídos a partir das mesmas bases informativas fundamentais: a observação do repórter e as fontes populares ouvidas no bairro. Todos se iniciam com blocos descritivos dos acontecimentos e prosseguem com sequências de citações das fontes. Partilham, em termos gerais, a mesma técnica jornalística.

Mas é diversa a perspetiva ideológica que emana de cada peça, decorrente dos atores sociais a quem a narrativa atribui o protagonismo e das escolhas lexicais associadas à sua nomeação e à representação das ações. *N’O Século*, os protagonistas são os moradores, primeiro coletivizados (“cerca de mil pessoas que antes moravam em barracas ou em casas sobrelotadas”), depois individualizados num conjunto de fontes identificadas (através de nome, idade e profissão) que exprimem as suas razões. Predomina o discurso direto, como o de um estivador de 39 anos: “Ouvimos dizer na televisão que agora havia liberdade. Ninguém vivia nestas casas. Não prejudicámos ninguém”. O cenário, “apesar da presença das tropas”, é descrito como de “uma certa calma”. A perspetiva só não é unânime porque uma fonte popular é citada a discordar da ocupação no final da peça.

A Capital inicia o *lead* com a reprodução de slogans “escritos a tinta encarnada e acompanhados pela foice e o martelo, [que] enchiam literalmente as paredes brancas das casas”, recorrendo depois a citações de moradores que atribuem a causa das ocupações ao incitamento de estudantes do MRPP: “vieram cá dizer para nós

¹² O título de *O Século* relata uma ação (ocupar) dos sujeitos (moradores) com efeito sobre outra entidade (casas), mas as “circunstâncias” – elemento opcional na estrutura discursiva – dos primeiros (em barracas) e da segunda (vazias) produzem um contraste justificativo. O título do *DL* utiliza o discurso popular para noticiar uma situação consumada e dar um tom de legitimação que em boa medida decorre de o núcleo semântico inicial designar um estado e não uma ação (verbo ser).

arrombarmos as portas e ocuparmos as casas. Por um triz que não apanhava nenhuma”. A reportagem inclui uma fonte, não identificada, do próprio MRPP e cita um representante da Câmara Municipal. O tom global desacredita os moradores, referindo que as casas, antes de serem ocupadas, já tinham vidros partidos e canalizações roubadas, e destacando uma primeira fonte que lamenta a ocupação: “chamavam-nos o bairro dos índios e agora ainda têm mais razão”.

No texto do **DL** é “o povo” que, tal como no título, se mantém como protagonista da ocupação.¹³ “Num clima de completa alegria”, o ator é quase sempre coletivo (“centenas de pessoas”, “a população”, “homens e mulheres”), com os trechos de discurso direto, grafados a negrito, a nunca serem atribuídos, mesmo quando se fala na primeira pessoa: “Vivemos há muitos anos em barracas miseráveis onde chove. Não temos esgotos, as fossas e a lama causam doenças aos nossos filhos”. A descrição do repórter acentua as más condições de vida e o seu próprio discurso legitima a ação (“nenhuma demagogia poderá tirar às pessoas que durante anos viveram tão mal”). O comandante das Forças Armadas que foram ao bairro nesse dia também é citado no mesmo sentido: “Acho que toda a gente tem direito a uma casa. Não se pode viver em bairros de lata”.

Ação popular e cobertura jornalística

A pluralidade de significados produzidos nos vários jornais acerca de um mesmo acontecimento – a primeira ocupação de casas após o 25 de abril – não se vai repetir nas reportagens realizadas entre maio e julho, desde logo porque neste lote o objeto particular (local e acontecimento reportados) nunca se repete. Une-as, todavia, o tema, todas elas resultando de incursões jornalísticas em bairros de lata, de cujos textos é possível retirar um conjunto de indicações:

– O tema faculta à imprensa a autoatribuição de uma missão reveladora, na qual emergem valores jornalísticos até aí marginalizados. Em várias peças se explicita uma ideia de reportagem como averiguação, desvendamento, acesso à realidade que se deve fornecer aos cidadãos leitores: “É urgente conhecer o Casal Ventoso” (**DL**); “Fomos ver. Fomos ouvir” (**Flama**); “Esta cidade de que muitos de nós conhecem apenas a fachada” (**A Capital**, 14/6). No quadro da suplantação pela imprensa do descrédito imposto pelo regime anterior, estas reportagens ter-se-ão inserido na procura de uma relegitimação social do jornalismo português através de um novo profissionalismo que se apresenta como não coagido e menos institucional, desejo de dar atenção a movimentos sociais e formas de dissidência (Tuchman, 1978).

– O fenómeno da habitação em barracas (cuja mediatização antes de 1974 era irregular) é alvo de um agendamento generalizado logo após a revolução,¹⁴ passa a ser por vezes reenquadrado como questão de (in)justiça ou (des)humanidade, e as-

¹³ Note-se que esta peça precede as mudanças na redação do **DL**.

¹⁴ Das publicações pesquisadas na primeira fase do período revolucionário, apenas o **Expresso** não dedicou nenhum trabalho de reportagem a bairros de lata e ao problema da habitação em barracas.

soma pontualmente a ideia do alojamento digno como um direito (mas quase nunca no discurso de moradores).

– Existe uma dicotomia entre dois tipos de reportagem, no que toca a fatores que estão na sua origem: parte delas são produzidas em reação a acontecimentos com notabilidade no interior dos bairros (sendo os mecanismos de agendamento e os seus promotores nem sempre detetáveis); uma parte menor é composta por trabalhos cujo motivo é o próprio tema, em abordagens explicativas ou narrativas acerca do que é um bairro de lata, quais os problemas e as razões da sua existência, quais as perspetivas dos moradores.

– O conjunto de reportagens concede voz pública a um considerável rol de pessoas com baixíssimo estatuto social, que neste período se exprimem na imprensa com regularidade e em discurso direto. As reportagens contêm entre dois e seis moradores como fontes explícitas, só numa das peças não existindo citações diretas. Estas fontes são por norma individualizadas e identificadas (com nome, idade e profissão), predominando mulheres. Além do discurso, várias peças dão uma profusa visibilidade a rostos e corpos, individualmente e em grupo, através de fotografias com planos mais ou menos aproximados.

– A mediatização do discurso dos moradores (nesta fase raramente através de representantes coletivos) adquire um tom reivindicativo, mas dirige-se sobretudo à melhoria de condições nos próprios bairros de lata e não à exigência de casas, que continuam a ser encaradas como uma aspiração. Emerge também um discurso crítico que denuncia práticas ilícitas e vantagens pessoais (algumas situadas antes da revolução, outras indistinguíveis no tempo): “moradores deste bairro conseguem casa porque untam com dinheiro as mãos do encarregado” (*Flama*); “um polícia disse-me que, se lhe desse cinco contos, arranjava-me uma casa” (*DL*); “os colchões que eram para distribuir pelo povo eram vendidos a 80 escudos, nunca vimos nada” (*DN*).

– O discurso jornalístico acentua a descrição de carências (“um aglomerado de barracas miseráveis, sem escola, sem água canalizada, sem chafariz, sem esgotos, sem estrada”; *O Século*, 5/7), mas também introduz enquadramentos de desigualdade (“de vincado contraste é o espectáculo que se depara ao visitante que, ido da Lisboa imponente (...) demanda uns terrenos povoados de miseráveis barracas”; *DN*). Intensifica-se a alusão a crianças – já presente em peças antes de 1974 – como principal razão, evocada tanto por moradores como por repórteres, para se solucionar o problema dos bairros de lata (“água negra e de cheiro pestilento, habitada por toda a espécie de bichos e com a qual as crianças brincam”, *A Capital*, 12/6; “eu queria apenas zelar pela educação e o futuro dos meus filhos”, *DL*).

– O enquadramento dos textos tende a ser favorável às reivindicações dos moradores, mas a homogeneidade ideológica não é regra garantida em cada jornal, como é o caso de *A Capital*. As duas reportagens deste vespertino, em bairros diferentes e datas próximas, mostram ângulos muito distintos. Uma delas privilegia um enquadramento moral da promiscuidade habitacional na Quinta das FONSECAS e elege descrições e citações que deslegitimam a conduta dos moradores (“os lavatórios cheios de terra (...) em vez de servirem de veículo de limpeza”; “há gente que até podia viver numa casita, mas prefere a barraca”). A outra sugere proximidade do repórter a um partido, o MDP/CDE, ou pelo menos a capacidade deste para atrair jor-

nalistas às suas ações na esfera autárquica¹⁵: o repórter acompanha o dinamizador de uma CM incentivada pelo MDP na visita ao bairro de lata do Alto dos Moinhos e depois numa reunião entre elementos do partido e da freguesia que visava elaborar uma proposta para “o começo da construção de casas de pedra e cal dentro de seis meses”, a enviar à Secretaria de Estado da Habitação.

Este último ponto indicia a existência de uma diversidade de disposições, influências e dinâmicas, quer nas relações de forças interiores aos jornais quer nas articulações com atores externos (Bourdieu, 2005), que tornam complexa a globalidade da cobertura jornalística do tema. A redação de **A Capital**, onde nos meses subsequentes à revolução os jornalistas terão vivido em permanente conflito uns com os outros e com as chefias, culminando num processo de saneamento de oito profissionais no final do ano (depois revertido)¹⁶, foi um dos casos de maior heterogeneidade ideológica e disputa interna, e onde a cobertura dos bairros de lata também terá sido motivo de dissensão.

Noutros jornais, onde se sabe que neste período houve tentativas de uniformização ideológica – caso do **DL**, onde em agosto uma redação dividida acabou por votar pelo afastamento de dois jornalistas (Gomes, 2021, p. 103) –, não são visíveis clivagens políticas em relação aos bairros de lata. A generalidade das peças, especialmente aquelas que reportam a intervenção de órgãos coletivos, dão cobertura a visões condizentes com as conceções de poder popular defendidas pela esquerda revolucionário e o PCP, em que a melhoria das condições de vida era um objetivo imediato e as comissões de moradores eram tidas como uma das bases para a transformação social (Downs, 1980, p. 268). Isso não significa que as redações fossem homogêneas numa visão revolucionária do problema da habitação. O **DN**, onde em junho acabaria por prevalecer uma direção de tendência socialista (Mesquita, 1994), não deixou de ser o primeiro a reportar favoravelmente protestos, acusações e exigências de moradores. Mesmo a **Flama**, cujas chefias transitaram do antigo regime e tinha fortes ligações ao catolicismo progressista, adota como fio condutor o ponto de vista de um advogado próximo da esquerda revolucionária.¹⁷ Numa contingência noticiosa marcada pelo poder estilhaçado (o próprio governo provisório estava repartido por várias forças partidárias, cada qual com a sua agenda) e em que muitos jornalistas assumiam as suas filiações ideológicas ou até se viam como atores políticos de pleno direito, o problema dos bairros de barracas terá ficado geralmente nas mãos de repórteres com simpatias à esquerda dentro de cada redação. Mas cremos que seria redutor interpretar a situação pelo estrito prisma das teorias da ação política e do partidarismo (Traquina, 2002) ou entendê-la à luz de conceitos como distorção ou parcialidade (Hackett, 1984) e atribuir aos jornalistas uma mera função instrumental ao serviço de interesses políticos. Não esqueçamos que, enquanto repor-

¹⁵ Herdeiro da oposição ao salazarismo (CDE), o MDP é apontado como aliado do Partido Comunista no período revolucionário e como organização ativa na tomada de posições em órgãos de informação (Reis, 1994), bem como na intervenção em autarquias locais na fase das comissões administrativas (Downs, 1980; Ferreira, 1994).

¹⁶ Segundo relato de Óscar Mascarenhas, à época nos quadros daquele vespertino, e dados recolhidos por Gomes (2021, pp. 104-105).

¹⁷ O advogado Roque Laia, defensor de presos políticos durante o salazarismo e candidato autárquico pela UDP depois do 25 de abril.

tavam sobre a auto-organização de bairros pobres, também os jornais estavam em reconfiguração coletiva e os jornalistas em processo de reivindicação de autonomia.

É possível, aliás, perceber alguns mecanismos de promoção (Molotch e Lester, 1974) e de articulação dos jornalistas com as fontes, detetando-se neste aspeto três tipos de reportagem. O primeiro representa a conflitualidade que estala em bairros onde existiam organismos de enquadramento criados pelo Estado Novo e cuja jurisdição passa a ser contestada por organizações emergentes após a revolução. A presença de repórteres do **DN** na Musgueira (14/5) e de **O Século** no Casal Ventoso (23/5) insere-se nesta dinâmica, podendo inferir-se que agentes das organizações emergentes atuam como promotores junto dos jornais, fornecendo informação e documentos, guiando os jornalistas no bairro ou até preparando a sua receção (“uma ruidosa comissão (...) aguardava a reportagem do DN”). Por outro lado, estas peças não primam pelo pluralismo, apesar da pluralidade de vozes de moradores: os locutores são vários, mas de sentido unânime, como um enunciador único (Benetti, 2011); e quando há acusações a terceiros os repórteres não escutam as partes acusadas. Por outro lado, as disputas cobertas por estas reportagens abolem a lógica paternalista dos centros sociais que tinham direções externas aos bairros e substituem-nas pela autarcia das CM, operando também uma recomposição classista, onde reverendos e quadros superiores cedem lugar a trabalhadores manuais.

O segundo tipo de reportagem dá-se em bairros sem instituições prévias, onde a dinâmica desencadeada pela revolução vai preencher um espaço desocupado. As acima referidas peças de **A Capital** no Alto dos Moinhos e na Quinta das FONSECAS, têm enquadramentos distintos (um partidariado, outro moralista) mas ambos não-conflituais e alusivos a tentativas de auto-organização no seio dos bairros. Sempre motivadas por ações concretas ocorridas nos bairros, as dinâmicas da promoção noticiosa podem ser diversas, e por vezes totalmente opacas. Mas o facto de, tanto neste como no primeiro tipo de reportagem, haver sobretudo enquadramentos episódicos e não temáticos (Iyengar, 2005) sugere que a origem das peças reside menos na iniciativa das redações e mais na relação negociada entre fontes e jornalistas, que não deixa de se pôr também para atores e organizações marginais ou desafiadoras da autoridade (Ericson et al., 1989) e para as quais o contexto revolucionário abriu novos canais.

Por fim, as reportagens do **DL** no Casal Ventoso (26/5), de **O Século** na Pedra Furada (5/7) e da **Flama** no Bairro Chinês e no Bairro da Liberdade (5/7) caracterizam-se pela ausência de representantes ou organizações e assentam em vozes e ações de moradores sem filiação coletiva (a par de peritos, no último caso). Mas a pobreza e a precariedade habitacional não deixam de ser enquadradas num conflito de fundo, que nestes casos é o conflito de interesses entre classes sociais, capital e trabalho. Os repórteres mobilizam citações das fontes para explicarem por esse prisma as origens do problema: a política de habitação do salazarismo (“legislação burguesa” e permissão “aos senhorios para especular”) e a migração do interior do país (“não havia lá trabalho (...) nem dinheiro para comer” e “havia lá milionários com mil pipas de vinho, mas sempre pensaram só neles”).

Conclusão

A mediatização dos bairros de lata após a revolução reveste-se de um carácter peculiarmente histórico. Por um lado, ela não é inédita, dado que o tema, mesmo incómodo para a ditadura, já vinha sendo recorrente na imprensa. Entre abril e julho de 1974, porém, praticamente todos os órgãos generalistas de Lisboa (o *Expresso* é exceção) enviam repórteres ao interior dos bairros, com alguns jornais a reincidirem (*O Século*, *A Capital* e *DL*). As vozes e os rostos de uma população do fundo da escala social irrompem com visibilidade no espaço público, dentro de enquadramentos jornalísticos que, na maioria, sublinham a sua miséria e sustentam as suas pretensões. No entanto, se estes traços oferecem aos leitores pós-revolução uma experiência mediada dos bairros de lata, o ponto de vista construído pelos repórteres é sempre exterior, regido por narrativas de incursão em zonas de estranheza, o que mostra os limites da imprensa em tornar-se *insider* destes movimentos populares, mesmo com motivação política para os apoiar.

Por outro lado, a representação mediática é marcada sobretudo por ações, reivindicações ou auto-organização dos habitantes, indiciando uma fase do “problema da habitação” em que se misturam a espontaneidade da atuação popular e um gérmen de intervenção ainda pouco estruturada de forças políticas revolucionárias. A abordagem da imprensa também não é sistemática nem totalmente coerente sobre o tema, o que sugere a inexistência de uma ação programática por parte de cada jornal (sendo o *DL* o caso de maior consonância política nas suas reportagens). Não há tampouco uma retórica democratizante em que a imprensa tome a questão da habitação de modo ativista como exemplo de alargamento dos direitos sociais. A cobertura global tem mais um pendor de reação a acontecimentos do que de abordagem de fundo, sugerindo que na primeira fase após o 25 de abril a imprensa se articulou ao sabor de forças emergentes, com relações instáveis e multiformes nas transações simbólicas entre fontes e jornalistas.

Mas a maior peculiaridade histórica foi o facto de este processo de mediatização envolver dinâmicas de reconfiguração e democratização que são duplas, pois elas percorrem em simultâneo o trabalho jornalístico e o objeto que ele reporta. Pode mesmo ver-se uma homologia, logo em inícios de maio, no despontar de órgãos de representação coletiva eleitos a partir da base, paralelamente, nos jornais e nos bairros. E se é verdade que a pulsão autogestionária e igualitarista percorreu outros setores da sociedade portuguesa, também é um facto que ela não se generalizou a todos os grupos sociais e profissionais, muitos dos quais nunca agiram para subverter as relações de poder como aconteceu na imprensa. Os jornalistas estiveram realmente imersos numa revolução em que era difícil serem neutros, e não apenas por causa da adesão partidária e da influência política externa, mas também pelas movimentações internas ao campo, onde as aspirações a um reposicionamento estrutural do corpo profissional e as disposições aí geradas (Bourdieu, 2005) tenderiam a favorecer a legitimação jornalística de outros movimentos vistos como democratizantes, enquadrando-se aí a maior parte das reportagens sobre as organizações de bairro e as pretensões dos moradores. Notável, nessa conjuntura, foi a elevação de moradores dos bairros de lata ao estatuto temporário de definidores primários (Hall et al., 1999) no tema da habitação. E um indicador de que a imprensa não usou

o tema como mera correia de transmissão política é o facto de haver reportagens com diversos enquadramentos e em jornais com políticas editoriais distintas ou com redações ideologicamente não homogéneas. Não haver, ao contrário do que acontece para 1975 (Figueira, 2012; Silveira, 2011; Conselho de Imprensa, 1979), estudos claros acerca das inclinações políticas dos vários jornais no primeiro período pós-revolução é algo que se ficará a dever à própria indefinição e agitação das redações nesta fase e que só poderá ser suprido com novas investigações e fontes originais. O que é sugerido pelo conjunto de 10 reportagens de 1974 aqui analisadas sobre bairros de lata é uma abordagem militantemente pró-revolucionária no *DL*, tratamentos divergentes em *A Capital* e uma atitude menos engajada e algo ambivalente por parte de *O Século*, jornais que reportaram várias vezes acerca do tema e que no seu todo não exprimem um monolitismo ideológico.

Estas reportagens não são fruto de um período de “controlo social na redação” (Breed, 1999) marcado por conformidade organizacional e obrigação para com as chefias. São filhas, antes, de um contexto em que as alianças e os conflitos internos terão enquadrado as próprias aspirações pessoais, ao mesmo tempo que estas se alimentavam também de um novo capital, mais externo do que específico do campo (Bourdieu, 1994), adquirível nas ligações resultantes da rearticulação brusca com outros campos, onde o político passara a pontificar sobre o económico.

Referências

- Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. *Forum Sociológico*, (34), 7-17. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4662>
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, Morte e Ressurreição da Política nos Jornais Portugueses do Século XIX ao Marcelismo*. Escritório.
- Baptista, C. (2019). Portugal 74 – Jornalistas em transe, jornalismo em construção. Em A. Cabrera, C. A. Santos e R. Figueiras (Eds.), *Media: Poder, Representação e Epistemologias* (pp. 141-156). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Barbosa, A., Alves, F. S., & Azevedo, J. (1972). *Ocupação do Bairro do Bom Sucesso em Odivelas, por 48 famílias de barracas*. Afrontamento.
- Benetti, M. (2010). Análise de discurso em jornalismo: análise de vozes e sentidos. In C. Lago e M. Benetti (Orgs.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo* (3ª ed., pp. 107-122). Editora Vozes.
- Bobbio, N. (1988). *O Futuro da Democracia*. Dom Quixote.
- Bourdieu, P. (1989). A génese dos conceitos de habitus e de campo. Em *O Poder Simbólico* (pp. 59-73). Difel.
- Bourdieu, P. (1994). L'emprise du journalisme. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 101(1), 3-9. <https://doi.org/10.3406/arss.1994.3078>
- Bourdieu, P. (2005). The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field. In R. Benson and E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field* (pp. 29-47). Polity Press.
- Breed, W. (1999). Controlo social na redação. Uma análise funcional. Em N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (2ª ed., pp. 152-166). Vega.
- Cabrera, A. (2006). *Marcello Caetano: poder e imprensa*. Livros Horizonte.
- Cachado, R., & Nunes, J. (2013). Habitação e sociedade: entrevista a Raul da Silva Pereira

por Rita Ávila Cachado e João Pedro Silva Nunes. *Análise Social*, 48(206), 183-191.

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013206.08>

Cádima, F. R. (2001). Os “media” na revolução. Em J. M. Brandão de Brito (Org.), *O País em Revolução* (1ª ed., pp. 321-358). Editorial Notícias.

Conselho de Imprensa (1979). *A Imprensa Escrita em Portugal (Abril de 1974 a Junho de 1975)*. Conselho de Imprensa.

Correia, F., & Baptista, C. (2010). *Memórias Vivas do Jornalismo*. Caminho.

Correia, F., & Baptista, C. (2011). O papel modernizador dos jornais Diário Ilustrado, Diário Popular, Diário de Lisboa e A Capital durante a década de 60 do século XX. Em A. Cabrera (Org.), *Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX)* (pp. 151-204). Livros Horizonte.

Downs, C. (1980). Comissões de Moradores and urban struggles in revolutionary Portugal. *International Journal of Urban & Regional Research*, 4(2), 267-294.

<https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1980.tb00363.x>

Ericson, R. V., Baranek, P. M., & Chan, J. B. L. (1989). *Negotiating Control: A Study of News Sources*. University of Toronto Press.

Ferreira, J. M. (1994). Portugal em Transe. Em J. Mattoso (Org.), *História de Portugal* (vol. VIII). Círculo de Leitores.

Figueira, J. (2007). *Os jornais como actores políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. MinervaCoimbra.

Figueira, J. (2012). *A Imprensa Portuguesa (1974-2010)*. Angelus Novus.

Figueira, J. (2014). Caso República: morte de um jornal cansado de lutar. In M. I. Rezola e P. M. Gomes (Eds.), *A revolução nos média* (1ª ed., pp. 53-78). Tinta-da-China.

Figueira, J., & Gomes, P. M. (2021). O jornalista na Revolução de Abril: um profissional novo em construção. *Mediapolis*, (13), 91-107. https://doi.org/10.14195/2183-6019_13_5

Fowler, R. (1991). *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Routledge.

Gomes, P. M. (2014). *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Alêtheia Ed.

Gomes, P. M. (2021). *A Imprensa na Revolução—Os Novos Jornais e as Lutas Políticas de 1975*. Imprensa nacional.

Gradim, A. (2016). *Framing, o enquadramento das notícias*. Livros Horizonte.

Hackett, R. A. (1984). Decline of a paradigm? Bias and objectivity in news media studies. *Critical Studies in Media Communication*, 1(3), 229-259. <https://doi.org/10.1080/15295038409360036>

Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1999). A produção social das notícias: O *mugging* nos media. Em N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (2ª ed., pp. 224-248). Vega.

Huntington, S. P. (1991). Democracy’s third wave. *Journal of democracy*, 2(2), 12-34. <https://doi.org/10.1353/jod.1991.0016>

Iyengar, S. (2005). Speaking of Values: The Framing of American Politics. *The Forum*, 3(3), 1-8. <https://doi.org/10.2202/1540-8884.1093>

Lima, H. (2022). O jornalismo de imprensa no Portugal democrático. Em A. Cabrera e H. Lima (Coords.), *Imprensa em Portugal: Uma História* (pp. 313-358). ICNOVA. <https://coleccionicnova.fcsh.unl.pt/index.php/icnova/article/view/102/135>

Martins, P. (2018). *O bairro dos jornais: as histórias que marcaram o Bairro Alto e os seus jornais*. Quetzal.

Mesquita, M. (1988). Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 74-75: da comissão ad hoc à lei de imprensa. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 8, 85-113.

- Mesquita, M. (1994a). Os meios de comunicação social. Em A. Reis (Coord.), *Portugal – 20 Anos de Democracia* (pp. 360-405). Círculo de Leitores.
- Mesquita, M. (1994b). O Caso República. Um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, 16, 507-554. https://ap1.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/41989/1/o_caso_republica.pdf
- Molotch, H., & Lester, M. (1974). News as Purposive Behavior: On the Strategic Use of Routine Events, Accidents, and Scandals. *American Sociological Review*, 39(1), 101-112. <https://doi.org/10.2307/2094279>
- Nunes, J. P. S. (2007). Os dormitórios de Lisboa: discursos técnicos e imagens na Imprensa (1959-1974). *Ler História*, 52, 73-91. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2528>
- Palla, M. A. (1992). A liberdade de imprensa entre o poder e a independência. Em A. Reis (Dir.), *Portugal Contemporâneo* (vol. 3, pp. 271-280). Publicações Alfa.
- Patriarca, F. (1999). A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social? Em *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)* (pp.137-160). Edições Colibri.
- Reis, A. (1994). O processo de democratização. En A. Reis (Coord.), *Portugal – 20 Anos de Democracia* (pp. 19-39). Círculo de Leitores.
- Rezola, M. I. (2014). A RTP no PREC (1974-1975): «sem recuos nem tibiezas em ordem à limpeza radical». Em M. I. Rezola e P. M. Gomes (Eds.), *A revolução nos média* (pp. 17-51). Tinta-da-China.
- Seaton, J., & Pimlott, B. (1983). The Portuguese media in transition. In K. Maxwell, *The Press and the Rebirth of Iberian Democracy* (pp. 93-115). Greenwood Press.
- Silveira, J. (2011). *A Construção do Sistema Informativo em Portugal no Século XX*. Colibri.
- Szocka, L., Machado, P., Freitas, M. J., & Moura, M. (1988). Bairros degradados da cidade de Lisboa. *Povos e Culturas*, 3, 299-334. <https://doi.org/10.34632/povoseculturas.1988.15784>
- Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Quimera.
- Tuchman, G. (1978). Professionalism as an Agent of Legitimation. *Journal of Communication*, 28(2), 106-113. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1978.tb01605.x>
- Van Dijk, T. (1988). *News as Discourse*. Lawrence Erlbaum.

Conflicto de intereses | Conflict of interest

O autor não tem conflitos de interesses a declarar.

The author has no conflicts of interest to declare.

Nota biográfica | Biographical note

José Ricardo Carvalheiro é Professor Auxiliar no Departamento de Comunicação, Filosofia e Política da Universidade da Beira Interior, em Portugal. É doutorado em Ciências da Comunicação e mestre em Sociologia. Os seus interesses de investigação situam-se na história dos media, nos estudos de jornalismo e nas identidades culturais, especialmente aquelas articuladas com a migração.

ORCID iD: 0000-0003-3917-5230

Ciência ID: 3812-FE21-F89D

Scopus Author ID: 56017839100

Morada: Universidade da Beira Interior. Departamento de Comunicação, Filosofia e Política, Rua Marquês d'Ávila e Bolama, 6201-001 Covilhã, Portugal

ORCID iD: 0000-0002-7173-8155

Ciência ID: 0413-0A2E-84CC

Scopus Author ID: 57210703015

Morada: Universidade Fernando PessoaPraça 9 de Abril, 349, 4249-004, Porto, Portugal

Como citar | How to cite [APA 7^a edition]

Carvalho, José Ricardo (2025). A imprensa da revolução e o problema da habitação: o repórter vai ao bairro de lata. *Media & Jornalismo*, 24(46), Article e4603. https://doi.org/10.14195/2183-5462_46_3

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.